



Anais da Assembleia

Nº 31

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE ABRIL DE 1982.

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1982

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezzi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO —,procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, Regime de Urgência aos Projetos de Lei nºs 08, 09 e 10/82, que criam respectivamente os Distritos de Guaiporã, Jangada e Nilza, no Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, Regime de Urgência aos Projetos de Lei nºs 88/81, que trata da reciprocidade, 131/81, que trata da concessão do 13º Salário e o 130/81, que visa instituir a correção semestral de salários.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1982.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção na ata dos trabalhos desta sessão, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO PAVESI, ocorrido na Cidade de Marumbi, no dia 18 do corrente.

O extinto era agricultor, um dos fundadores da cidade, chefe de prestigiosa família constituída de doze filhos e figura de grande conceito social na região.

Requer que do presente seja dado conhecimento à família enlutada, na pessoa da Senhora Letícia Mingotti Pavesi.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1982.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário e na ata dos trabalhos de hoje, seja designada data de 15 de junho de 1982, para a entrega em Sessão Solene, do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. ARMANDO SOICHI IWAYA, Economista.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1982.

(a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS, MD. Diretor Regional no Paraná da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, solicitando seja criado e instalado na cidade de Salgado Filho, uma Agência de Correio.

Requer outrossim, seja dado ciência do teor do presente aos Excelentíssimos Srs. Vereadores e Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, daquele Município.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1982.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

Na cidade de Salgado Filho, funciona até esta data, somente um posto de serviço de correio, que não atende às necessidades da população. Para serviços especiais como encomenda, despachos, etc., há necessidade de deslocar-se para Francisco Beltrão, cidade mais próxima, numa distância de aproximadamente 50 quilômetros.

A instalação desta Agência trará grande benefício àquela população, atendendo reivindicação manifestada através da Câmara Municipal de Vereadores, do Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER após ouvido o duto Plenário, seja designado o dia 20 de maio do corrente ano, para a sessão solene de entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Dr. JOÃO DE MEDEIROS CALMON.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1982.

(a) ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior, solicitando a implantação do Sistema Monocanal na Vila Flor da Serra, Distrito de Quatro Pontes, Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1982.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Flor da Serra, que faz parte do Distrito de Quatro Pontes, espera desta Secretaria a compreensão necessária para a implantação do Sistema Monocanal.

Deverá também ser considerado de modo especial, a distância em que se encontra a localidade, e com este atendimento em muito auxiliará nas negociações, nos contatos que os moradores farão com as demais localidades, nos casos de emergência e afins.

Justifica-se portanto, plenamente, a presente solicitação e contamos com o total apoio dos prezados Colegas Deputados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, um Voto de Congratulações à jovem atleta Nanci Ogata, pela conquista do Campeonato de Xadrez do Paraná, em torneio realizado em 23, 24 e 25 de mês em curso, na cidade de Curitiba.

Requer outrossim, que do presente seja dado conhecimento à interessada, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Peabiru - PR.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1982.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o nosso regozijo, tendo em vista que a jovem atleta peabiruense com apenas 16 anos de idade, soube, numa acirrada disputa de inteligência e capacidade de concentração, defrontando-se com outros não menos valorosos enxadristas, elevar ainda mais alto o nome do pujante Município de Peabiru.

Com isso, prova o apoio e o incentivo que o Prefeito, a Câmara e seus assessores, vêm dando aos jovens que procuram no esporte, uma forma sadia de sair da ociosidade palmilhando os caminhos da justiça e da honradez.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que abaixo subscrevem, vêm, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, REQUERER seja determinado a instalação e realização de Sessão Legislativa a realizar-se no próximo dia 29 de abril corrente, na cidade de Maringá, nas dependências da Agência do Instituto Brasileiro do Café, com vistas à outorga e entrega de Título de Cidadão Benemérito do Paraná, à Sua Eminência Reverendíssima, Dom JAIME LUIZ COELHO, Arcebispo Metropolitano de Maringá.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1982.

(aa) ANTÔNIO FACCI, GABRIEL SAMPAIO, TADEU

LÚCIO MACHADO, GILBERTO AGIBERT FILHO,

EZEQUIAS LOSSO, GILBERTO CARVALHO,

JOSÉ DOMINGOS, NELTON FRIEDRICH,

ERONDY SILVÉRIO, LÁZARO DUMONT,

EDILSON ALENCAR, VALDUGA, NELSON

BUFFARA, CYRO MARTINS, ROSÁRIO

PITELLI, WALDYR PUGLIESI, LINEU TURRA,

ADALBERTO DAROS, RENATO BERNARDI, DÁCIO

LEONEL, PINTO DIAS, VALTER PIETRÂNGELO,

AUGUSTO CARNEIRO e uma assinatura ilegível.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente aos Presidentes da Câmara Federal, Senado da República, líderes dos Partidos com assento no Congresso Nacional, ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República e ao Ministro da Justiça, solicitando a liberação das chamadas áreas de segurança nacional, prefeituras de capitais e estações hidrominerais, possibilitando eleições livres e diretas em novembro de 1982, consubstanciando apoio à Emenda Constitucional 83/81, em tramitação no Congresso.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH

Apoiamento: GERNOTE KIRINUS, WERNER WANDERER e TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

É grande a aspiração da população dos municípios considerados dentro da área de segurança nacional, das capitais estaduais e das estâncias hidrominerais por eleições livres e diretas que lhe permita a escolha de seus governantes municipais.

Uma aspiração justa e legítima, embasada no espírito democrático que reivindica a ampla participação da comunidade na direção de seus próprios destinos.

A legislação atual impede eleição direta a nível municipal, para escolha de prefeitos, nesses municípios.

Uma legislação que se inspirou nas determinações de outra época e de outra política que não aquela que hoje procuramos consolidar como conquista de amplas liberdades políticas no País.

É justo, portanto, que as autoridades federais sejam informadas desta disposição, como é justo o esforço deste Parlamento no sentido de revogar os obstáculos impostos a uma grande parcela de brasileiros hoje sem direitos de escolher, através de eleições livres e diretas, seus prefeitos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja convocado o Secretário de Educação para prestar informações perante este Poder, sobre o exercício dos chamados "comandos políticos" nos atos sob responsabilidade de sua pasta, especialmente no que diz respeito à recente destituição do cargo de Diretora da Escola Bartolomeu Mitre de Ensino Regular e Supletivo de Primeiro Grau, de Foz do Iguaçu, e outros do mesmo caráter.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

O processo eleitoral em curso vem acentuando um traço do caráter deste Governo. Colocar o Estado a serviço dos seus interesses políticos-eleitorais, através da odiosa figura do chamado "comando político" que exerce poderes acima dos princípios éticos que devem reger a vida democrática, é algo que atenta contra a consciência de todos os paranaenses. Apenas revela o desespero daqueles que querem manter, de forma arbitrária, posições obtidas sob as condições de apadrinhamento e na perspectiva do caciquismo. Os critérios de destituição e nomeação de funcionários em cargos importantes da vida social são os mais limitados e visam apenas os interesses do político local, que dá sustentação ao governo.

Fato exemplar deste processo ocorreu recentemente em Foz do Iguaçu, A diretora da Escola Bartolomeu Mitre foi des-

tituída de sua função por exigência do chamado "comando político" do município.

É exemplo do mesmo procedimento antidemocrático, arbitrário e violento que vem marcando a vida do funcionalismo público estadual, especialmente dos professores, no Paraná.

Vamos aos fatos:

1 — A professora Eva Terezinha Vera é diretora desde 1972, e há um ano do curso noturno da Escola Bartolomeu Mitre. Neste período nada consta que desabone sua carreira, pelo contrário, sua vida funcional é marcada pela honestidade e capacidade.

2 — Desde que assumiu o curso noturno da Escola Bartolomeu Mitre, de Foz do Iguaçu, a professora Eva Terezinha Vera, na função de diretora, vem enfrentando a precariedade das condições de funcionamento do estabelecimento. Especialmente no que diz respeito às péssimas instalações elétricas do edifício da Escola.

3 — Preocupada com essa situação, a diretora Eva Terezinha Vera solicitou várias providências. A primeira foi um laudo oficial da COPEL sobre as condições do prédio. Este laudo, SRU-C/0782/81 de 14 de julho de 1981, aponta precariedades que podem se constituir em risco para os estudantes.

4 — A diretora Eva Terezinha Vera encaminhou este laudo, solicitando providências, a EMOPAR. Recebeu como resposta que a EMOPAR nada poderia fazer e que iria consultar a Secretaria de Administração.

5 — Logo após, quando da presença do Secretário Vesperto Mendes em Foz do Iguaçu, a diretora Eva Terezinha Vera, acompanhada de professores, solicitou pessoalmente as providências necessárias.

6 — Como não fosse atendida, reiterou seu apelo à 44a. Inspeção Regional de Ensino. Como medida de precaução, encaminhou cópia do laudo da COPEL ao Corpo de Bombeiros, pedindo alerta para a possibilidade de um incêndio.

7 — Reiterou também seu pedido ao Sétimo Núcleo Regional de Ensino e à Secretaria de Educação, como atestam os documentos que temos em nosso poder.

8 — Menos pacientes que a diretora, os alunos do Estabelecimento passaram a denunciar a precariedade da Escola e o descaso do governo, inclusive através de manifestos impressos e distribuídos à população. Exigiam as providências que o governo, até então, se negara a tomar diante dos apelos encaminhados pela diretora.

9 — Em resposta, o comando político do município, querendo ressaltar a possibilidade do governo, anunciou à população de Foz do Iguaçu, através de programa de rádio, que destituiria a diretora e que era dela a responsabilidade pela precariedade do edifício em que funciona a Escola Bartolomeu Mitre.

10 — A diretora Eva Terezinha Vera foi destituída em simples comunidade do Secretário de Educação, que, assim, se submeteu aos caprichos de seu comando político, submetendo também a Secretaria de Educação e os interesses da educação na comunidade aos mesmos interesses menores e de caráter eleitoral.

11 — A injusta destituição da diretora Eva Terezinha Vera é comprovada pelas suas iniciativas para ver solucionado o problema da Escola Bartolomeu Mitre. A negligência do governo e, principalmente, da Secretaria de Educação, teve uma solução política arbitrária e violenta: para não assumir responsabilidade, tentou atribuí-las a uma diretora que comprova sua dedicação e empenho no exercício de sua função.

12 — Este ato, que provocou a imediata revolta de toda a comunidade iguaçuense, de todos os setores políticos e sociais, atesta o caráter do governo e de seu procedimento, no que diz respeito às relações entre o Estado e os interesses menores do grupo no governo, entre os políticos vinculados a esse grupo

e os interesses da comunidade, demonstrando que acima das exigências sociais mais amplas, coloca o governo os interesses próprios do grupo no poder.

13 — Comissões de professores, pais e alunos e representantes de diversas parcelas da sociedade iguaçuense querem respostas plausíveis para este ato e têm buscado as justificativas do Secretário de Educação que se nega a concedê-las. Procuram agora o Parlamento, como representação política dos interesses sociais, para obter estas respostas e justificativas.

É justo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este Parlamento cumpra seu papel neste caso que, como dissemos, é apenas exemplo de uma situação maior. Outros exemplos que podem justificar nosso pedido são os do vice-diretor do Colégio Santo Agostinho de Palotina e outros casos divulgados pela imprensa.

Não podemos calar diante de tal procedimento. Não podemos ser cúmplices de um comportamento que relega à mediocridade do arbítrio o exercício do governo em causa própria. Se ao Secretário de Educação é imputado este procedimento pelos fatos, justo que seja convocado a responder a este Poder, que deve marcar sua independência e respeitabilidade acima dos interesses menores que acabaram por criar a figura grotesca do chamado "comando político" que outra coisa não é senão a tentativa de manter privilégios à revelia dos interesses populares. Outra coisa não é senão a tentativa de compensar a falta de respaldo político na sociedade através do respaldo no arbítrio exercitado pelo governo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de duas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso do 211º aniversário do Município de Guaratuba.

O atual Município de Guaratuba, teve sua origem a 05 de dezembro de 1765, quando D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, ordenou a Afonso Botelho de Sam Payo e Souza, que fundasse um povoado na enseada de Guaratuba.

A fim de bem executar sua tarefa, Afonso Botelho de Sam Payo e Souza reuniu duzentos casais e transferiu-os para a enseada de Guaratuba, dando-lhes as ferramentas necessárias e demarcando as terras de acordo com as necessidades de cada casal.

A 13 de maio de 1768, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, mandou construir uma igreja no povoado e a 29 de abril de 1771, foi celebrada a primeira missa, a qual foi oficiada pelo Pároco Bento Gonçalves Cordeiro e ajudada pelos padres Frei João Santana Flores e Francisco Borges, e nesta mesma data o povoado foi elevado à categoria de Vila, com a denominação de "Vila de São Luiz de Guaratuba da Marinha".

Em 30 de abril do mesmo ano, foi eleita a primeira Câmara Municipal, sendo eleito seu Presidente, Antônio Carvalho Bueno.

Pelo Decreto-Lei Estadual 7573, de 20 de outubro de 1938, foi extinto o Município de Guaratuba, passando a fazer parte do de Paranaguá, como simples Distrito.

Entretanto, a 10 de outubro de 1947, pela Lei número 02, foi restaurada sua autonomia, sendo instalado oficialmente em 25 de outubro do mesmo ano, data em que foi empossado o Sr. Berilo da Cunha Padilha, primeiro Prefeito Municipal desta segunda fase administrativa.

Atualmente, Guaratuba atravessa expressiva fase de progresso. Com aproximadamente 15.000 habitantes fixos, recebe anualmente milhares de veranistas que vão desfrutar de seu clima ameno e suas praias maravilhosas. O município é servido por

ótimas rodovias pavimentadas, quer pela BR-376, via Garuva, ou pela BR-277.

A atual administração municipal é representada pelo Poder Executivo, tendo como Prefeito o Sr. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho e Vice o Sr. José Carlos de Carvalho. O Poder Legislativo é composto dos Srs. Vereadores: Waldemar Chaves, Presidente; Célio Luiz Budal, Vice-Presidente, Orlando Bruno Olenski, 1º Secretário, José Sales, 2º Secretário, e Membros: Tristão Silva Miranda, Norberto de Paula Pinto, Theodoro Kempinski, Sylvio Monteiro e Emílio Mattos de Souza.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Sr. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1982.

(a) NELSON BUFFARA

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) — Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há cerca de um ano atrás, através da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, encaminhávamos um requerimento ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Coronel Haroldo Ferreira Dias, solicitando a implantação de uma Delegacia Distrital de Polícia no Jardim Paranaense. Hoje, atendendo a insistentes apelos de moradores daquela região, voltamos a apelar ao Secretário de Segurança, no sentido de que atenda com a máxima brevidade aquela reivindicação.

Assim o fazemos, pelos lamentáveis fatos que estão ocorrendo no Jardim Paranaense, consubstanciados nas tristes ocorrências policiais que são registradas envolvendo toda aquela comunidade. A imprensa, ultimamente, vem noticiando tais ocorrências e a população do Jardim Paranaense já se encontra intimidada e envolvida pela presença da marginalidade que lá pratica toda a espécie de atos, principalmente assaltos à mão armada, quando não, os ligados a drogas, envolvendo desta feita, a juventude daquele populoso bairro.

A Delegacia Distrital de Polícia no Jardim Paranaense, atenderia a uma população estimada em aproximadamente 60 mil pessoas. A área em referência abriga vários conjuntos residenciais de grande porte. Entre eles, o Érico Veríssimo, Eucaliptos, Jardim Paranaense Um e Dois, Saturnino de Brito, Tiradentes, Cabo Nacar, Vale do Sol e Moradia dos Nobres.

Para dimensionar, melhor, o espaço físico que aquela Delegacia Distrital de Polícia atenderia, basta citar os núcleos que se localizam naquela região de Curitiba: Vila Nossa Senhora do Pilar, Acácia, Rivadávia, Nossa Senhora do Carmo, Castelo Branco, dos Eucaliptos e Santa Inês. Atenderia também as vilas localizadas no Bairro do Xaxim: Barretos, Duque de Caxias, Rosemari, Atalaia, Márcia, Colorado, Carolina, Guaíra, Itamarati, Mariana, Demawe, São Francisco, Maria Luiza, Xaxim Um, Dois e Três, Nossa Senhora de Lourdes, São João e o Conjunto da COHAPAR.

Atualmente, toda essa região é atendida pelo Décimo Distrito Policial, localizado no Pinheirinho, que já tem sob sua responsabilidade uma das mais populosas áreas da periferia de Curitiba. Isso, por si só, justifica a providência por nós solicitada há um ano atrás ao Sr. Secretário da Segurança Pública.

Acreditamos inclusive, que num prazo relativamente curto a implantação de uma Delegacia Distrital de Polícia no Jardim Paranaense se torne realidade, porque tal fato é imperioso, é uma questão de segurança, que envolve interesses de centenas, de milhares de famílias, hoje praticamente desamparadas, desassistidas nesse aspecto. Esta é a situação de fato que está a merecer melhor atenção por parte da Secretaria de Se-

gurança Pública.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, para o Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De plano, queremos encaminhar dois requerimentos, e em especial o que solicita a convocação do Sr. Secretário da Educação, para aqui vir prestar informações sobre a interferência dos chamados "comandos políticos" em sua Pasta.

Até porque, ultimamente, tem havido a tentativa da consecução de medidas que vêm transferindo, exonerando, destituindo diretores de escolas, só porque aqueles responsáveis pelo comando político deste ou daquele município, assim o deseja, sem o mínimo de respeito à comunidade, inclusive aos estudantes, pais e professores dos educandários.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nos traz à tribuna nesta tarde, é, acima de tudo, para repor uma verdade, que o Paraná está esquecendo, face à maciça propaganda governamental.

O último censo realizado pelo IBGE, no que tange a levantar situação de mão-de-obra no Brasil, derrubou conceitos profundamente mentalizados entre nós, como o de que somos um povo pouco dado ao trabalho.

Os dados são por demais esclarecedores e evidenciam aspectos que preocupam em razão das consequências na vida de milhares e milhares de patrícios.

Segundo o IBGE, em divulgação feita pela imprensa nacional, de cada dois brasileiros com mais de dez anos de idade, um trabalha. E, dos quase 43,8 milhões de pessoas ocupadas na construção do Produto Interno Bruto, 12,3 milhões ou quase 1/3 do total, trabalham mais do que 48 horas por semana. Superam, neste sacrifício, o limite máximo de 8 horas fixadas pelos padrões internacionais em que o Brasil subscreveu inclusive quando da constituição da Consolidação das Leis do Trabalho, da conhecida CLT.

Na Alemanha, por exemplo, e o mesmo acontece na França e na Inglaterra, um trabalhador não vai além das 42 horas semanais. Este patamar, na verdade, cai por pouco mais de 40 horas nos Estados Unidos e não alcançam 39 horas semanais no Canadá e estes índices, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no Brasil, são assustadores.

Na verdade, o trabalhador brasileiro, conforme estes estudos, está entre os que mais trabalham no mundo, segundo o mapa elaborado sobre estas estatísticas, nós temos um percentual expressivo dos trabalhadores com mais de 49 horas semanais, índices estes calculados sobre a população economicamente ativa no Brasil.

Mas, Sr. Presidente, vamos mais longe.

O mesmo estudo do IBGE, trouxe para todo o Paraná e Brasil, uma informação realmente que deve a todos nós impressionar e chamar a atenção.

Segundo esse trabalho do IBGE, a pesquisa realizada leva a uma faixa de trabalhadores com 42 horas semanais, destacando-se que metade dos trabalhadores paranaenses estão situados nesta faixa e sobretudo em dois setores, a agro-pecuária e os transportes, e dificilmente portanto, esse recorde será ameaçado por outros Estados.

Entre 1970 e 1980, a mais de um milhão de paranaenses, ou seja, mais de 13 por cento da população desapareceram do nosso Estado, e foram encontrar outras divisas, buscando trabalho e fortuna em outros Estados, especialmente São Paulo e Oeste e Noroeste do Brasil.

Mas queremos nos deter neste aspecto, Sr. Presidente, de que o esforço do Paraná e da população economicamente ativa do nosso Estado, 43,7 por cento trabalha mais de 49 horas

semanais, destacando-se 52 por cento no setor de transportes, 50 por cento na agropecuária, 49 por cento dos que trabalham na indústria e comércio, 45 por cento dos que prestam serviços, 39 por cento dos que atuam na indústria de transformação, 36 por cento dos que trabalham no comércio, 21 por cento na administração pública e 20 por cento em atividades sociais.

Repito, 43,7 por cento da população economicamente ativa do Estado do Paraná, trabalham mais de 49 horas semanais, mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso acrescentar mais um argumento, até porque no setor de transporte, com mais de 52 por cento que trabalha, mais de 49 horas semanais, e agropecuária com 50 por cento e a indústria de construção com 49 por cento, vamos chegar ao índice incrível de que, efetivamente, no Paraná, se trabalha mais do que a média do trabalho realizado no Brasil.

Mas na agricultura, como vimos, temos que verificar o outro lado da moeda. A inexistência de normas e de fiscais da legislação trabalhista, permite que a jornada dos empregados seja fixada normalmente pelo próprio empregador. Na construção civil, outro setor, existem artifícios permitidos até pela legislação e a Consolidação das Leis do Trabalho permite, por exemplo, que além das 48 horas semanais obrigatórias, sejam acrescentadas outras duas horas extras diárias, o que eleva ao total de 60 horas por semana.

Portanto, temos hoje, tanto na agricultura como no setor da construção civil, que mais agrega trabalhadores, por exemplo, em Curitiba. Duas categorias que muitas vezes vão além de 60 horas semanais de trabalho.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que o Governo do Paraná tem feito sobre esta questão da legislação trabalhista, dos critérios fixados para o trabalhador do campo e da cidade?

Alguém poderia, já de início, dizer que ao Governo do Paraná pouco cabe, porque é, na verdade, responsabilidade do Governo Federal.

Mas, quando nós, estarecidos, vemos na televisão o desvirtuamento da própria propaganda e publicidade que cria a falsa imagem enganosa da "geração progresso", passamos na verdade, ter que abrir nessas baterias e exigir a responsabilidade de um Governo do Estado que tem, acima de tudo, não sido responsável pela "geração progresso", mas que tem criado obstáculos e que tem sido omisso nos principais momentos de dificuldades dos trabalhadores do Paraná.

Este Governo do Estado que não poupa milhares e milhares de cruzeiros para utilizar os meios de comunicação para vender a imagem de ser, como disse o nosso Presidente, o Vice-Imperador do Sul do Brasil.

E, colocado perante todos os paranaenses como o grande artífice da "geração progresso", é preciso desnudar as enganosas mensagens produzidas no falso Palácio Iguaçu para enganar o povo do Paraná.

E aí nada mais nada menos do que trazermos dados verdadeiros e inquestionáveis. Se o paranaense é campeão no esforço brasileiro do trabalho e os brasileiros estão entre os campeões mundiais de atividade trabalhista, como é que se comporta aqui no Paraná, um setor fundamental para a distribuição da justiça social, que é a justiça do trabalho?

Estarecidos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, podemos rebuscar no noticiário, na imprensa, no Tribunal Regional do Trabalho, nos advogados da militância trabalhista e vamos verificar o que, que temos em Curitiba 4 Juntas de Conciliação e Julgamento e 8 Juntas distribuídas no Interior do Paraná: União da Vitória, Ponta Grossa, Paranaguá, Londrina, Maringá, Apucarana, Cornélio Procopio e Guarapuava. Ao todo, uma dúzia de Juntas distribuídas no Estado.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tal é a liderança do Governo do Estado, o General de plantão no Palácio Iguaçu, tal é sua capacidade política que, enquanto nós temos

12 Juntas de Conciliação e Julgamento aqui no Estado do Paraná, quatro em Curitiba e oito no interior, no Rio Grande do Sul temos 15 Juntas, na Capital, e 35 no interior. É a "geração Progresso", Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Qualquer comparativo deixa o trabalhador, que bate diariamente às portas da Justiça do Trabalho, no mínimo, desanimado.

Quatro Juntas no Estado do Paraná, aqui em Curitiba, em Porto Alegre, 15; no Interior do Paraná, oito; no interior do Rio Grande do Sul, 35 Juntas de Conciliação e Julgamento.

Mas, a Liderança do Governo do Estado do Paraná, ao longo deste período, o artífice da "Geração Progresso" — também precisa explicar ao povo do Paraná, por que o vizinho Estado de Santa Catarina consegue também suplantar, em muito, o nosso interior, em Juntas de Conciliação e Julgamento? Doze Juntas existem, só no interior de Santa Catarina, que, portanto, somam às 4 de Curitiba e às 8 do interior do Paraná.

Mas vamos mais longe, Sr. Presidente: em Pernambuco, existem 9 Juntas na Capital e 11 no Interior; na Bahia, temos 11 na Capital e 18 no interior; em Minas Gerais, 12 na Capital e 23 Juntas no Interior.

Mas, Sr. Presidente, o que dizer de Belém do Pará, se compararmos a população de Belém, que tem 6 Juntas de Conciliação e Julgamento com a população de Curitiba, que conta tão somente, à sua disposição, com essas 4 Juntas de Conciliação e Julgamento?

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em 1979, o então Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Dr. Luiz José Guimarães Falcão, entregava, às autoridades deste Estado, um pedido para que pudéssemos ter a criação de 22 Juntas de Conciliação e Julgamento no Estado do Paraná, e elas estariam distribuídas, 4 das quais em Curitiba, mais uma em Londrina, e as demais em novas áreas produtivas de todo o Paraná, foi entregue ao então Secretário da Justiça, houve audiência com o atual Governador do Estado, em abril de 1979, conclamando para que a situação caótica, desesperadora, tivesse uma solução; na época, as autoridades do setor chegavam a taxar que, a situação era catastrófica.

Passou-se abril de 1979, abril de 1980, abril de 1981, abril de 1982, e a "Geração do Progresso", está na verdade, devendo estas 22 Juntas de Conciliação e Julgamento que, acima de tudo, é uma decisão política, porque, se o Rio Grande do Sul consegue ter 35 Juntas lá no Interior e nós só temos 8 no interior, é porque o Poder político deste Estado está falido, porque o Poder político oficial, dos atuais mandatários deste Estado, entraram em concordata e não têm mais força perante o Ministério da Justiça e não têm mais condições de chegar ao Governo Federal e exigir aquilo que é de nosso direito, porque, se o censo do IBGE prova que o Estado do Paraná é o campeão no esforço nacional do trabalho, de outro lado temos essa mancha que é a ausência condizente da Justiça do Trabalho. E o que o Governo do Estado realmente fez durante todo este período?

E a situação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se não está pior, é porque o trabalhador da grande Curitiba já está desanimado e não procura a Justiça do Trabalho com a mesma intensidade com que procurava em tempos idos, mas os números continuam sendo estarecedores.

Enquanto que, para o bom atendimento de uma Junta de Conciliação e Julgamento os estudos apontam no máximo 1.500 processos anuais, isto é para que uma Junta adequadamente pudesse atender à demanda de Justiça do Trabalho, não poderia mais do que 1.500 processos anuais responder.

E o que acontece hoje em Curitiba? Fomos lá no Tribunal conferir, Sr. Presidente. Em 1977, a média de processos trabalhistas por Junta, foi de 2.670. Em 1978, a média por ano de processos em cada Junta foi de 2.460 processos. Em 1979, a média atingiu 2.250 processos. Em 1980, 2.520 processos.

E finalmente, o último dado de 1981, 2.500 processos foi a média de atendimento anual pelas Juntas de Conciliação de Curitiba.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, e como é que isso acontece no dia a dia do trabalhador? No momento como este, em que, de maneira desesperada o brasileiro enfrenta o espectro do desemprego, ele vai e busca na Justiça do Trabalho o último respaldo, o último recurso para repor de maneira justa os seus direitos sociais.

O seu Sindicato, o advogado, patrocina a sua ação trabalhista; entra na Junta de Conciliação e Julgamento e aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a novela da injustiça do desespero, do desânimo, do descrédito.

Porque hoje, Sr. Presidente, conferimos isso, pela manhã. A ação que adentrar nesta tarde na Justiça do Trabalho em Curitiba, a primeira audiência com o trabalhador e o empregador acontecerá dentro de seis meses.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o trabalhador já está aviltado, o trabalhador no Brasil já é um dos trabalhadores que menos ganha entre todos os países do mundo. Este País que quer ser campeão de futebol mais uma vez, se esquece que é um dos campeões em injustiças sociais na distribuição de renda, na questão salarial e na questão do desemprego, porque nem o seguro desemprego até hoje foi instituído no Brasil.

Pois bem, este trabalhador que adentra com a medida trabalhista, esta reclamatória vai ter o primeiro contato entre patrão e empregado num período de seis meses, e está fadado, na verdade, a abandonar o tribunal de trabalho, e, desestimulado como se encontrará, jamais acreditará nessa Justiça.

E além do mais, como se isso não bastasse, vemos que no interior a situação não é diferente. Este Governo do Estado do Paraná, que deveria e poderia ter lutado pela instalação imediata das 22 Juntas, não teve nem a perspicácia e a inteligência de instalar e lutar intensamente pela instalação de uma Junta de Conciliação e Julgamento em Foz do Iguaçu, onde, mais de 60 mil trabalhadores, foram requisitados para a construção da maior hidrelétrica do mundo.

Esta maior hidrelétrica do mundo, não tenham dúvida, como diversas e tantas obras no Brasil, está sendo construída com um pouco de sangue e muito suor de cada trabalhador.

Mas lá não há uma Junta de Conciliação e Julgamento, porque, desde 1979, as autoridades do setor têm insistido junto ao Secretário da Justiça, ao Governo do Estado, ao Governo Federal, a instalação dessas instituições de julgamento.

As portas permanecem fechadas, porque este mesmo Governo que diz que sua meta é o Homem, prova na prática que, direta ou indiretamente, está possibilitando a saída do homem do Paraná, porque não é por nada que milhares e milhares de paranaenses saíram deste Estado. Mas mesmo aqueles que agora procuram as portas da Justiça Trabalhista, encontram esta negligência por parte do Governo do Estado que deveria, ao menos, ter o que tem de poder político outros Estados - como os que citei, que têm três, quatro, até cinco vezes mais Juntas do que aqui no Estado do Paraná.

Segundo o estudo proposto pelo Tribunal Regional do Trabalho, teríamos a criação de mais cinco Juntas em Curitiba, e saliento que estas quatro Juntas hoje existentes estão há mais de dez anos funcionando, e enquanto isto tivemos um crescimento da área metropolitana, um crescimento agigantado, com problemas graves, como o da própria região da Refinaria de Araucária, e tantos outros, como o da grande Curitiba. E a pretensão seria a criação de mais, portanto. As Juntas de Campo Mourão, Cascavel, Assis Chateaubriand, Cianorte, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Ivaiporã, Jacarezinho, Paranavai, Pato Branco, Telêmaco Borba, Umuarama e ainda a possibilidade da criação de uma Junta Mafrá-Rio Negro, atendendo as duas cidades limítrofes.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Estado do

do Paraná, ao que sentimos, não tem tempo de se aperceber disto e não tem dedicado tempo devido a estas questões importantes, sérias, fundamentais. E aí a diferença entre a "Geração Progresso" e a meta deste Governo que diz ser o Homem, e a realidade nua e crua, é, na verdade, um Governo de maquiagem, é um Governo para consumo via televisão, rádio e publicidade de jornal. E agora ainda mais, com as plaquetas inundando as esquinas de todo o Paraná.

Mas este Governo, que já foi Governo do Estado uma vez, Ministro da Agricultura, que já foi Senador da República, que já foi até na época obscurantista Ministro da Educação e Cultura deste País, e que volta a ser Governador indicado, sem o voto popular, está devendo esta grande dívida social para o Paraná, de não ter responsabilidade social suficiente em casos como estes.

Desafio o Governo que venha dizer e justificar por quê. Por que o Paraná tem quatro Juntas em Curitiba, oito no interior, e o Rio Grande do Sul tem quinze na Capital e 35 no interior? Por que? Justifiquem.

Recentemente um dos representantes sindicais de Curitiba lembrou um problema vivido por um associado que, tendo uma audiência marcada apenas para seis meses depois, veio a desistir do processo que movia contra o empregador.

Esta é uma prática presente, Sr. Presidente, Srs. Deputados. A nossa revolta tem sentido na medida em que nós, em hipótese alguma, entendemos esse divórcio em que emprega por aí a sua responsabilidade social perante um povo, perante um Estado. E que na verdade sonega um trabalho consciente, dedicado, instantâneo, urgente para repor ao Paraná um pouco de tudo que ele tem direito.

Este Estado tem sido pródigo em produzir. Mas, tem sido órfão em benesses. E qualquer cidadão deste Estado tem intencionado e que na verdade não esteja sectarizado pela posição político-partidária, haverá de concluir, como nós concluimos, de que a liderança política do Estado do Paraná evaporou-se.

E por isso, nós não temos conseguido repercussão de nossos reclamos na esfera federal.

Já se repetiu e já se disse mas não é possível que nós ignoremos mais uma vez. Não temos nenhum representante do Estado no primeiro escalão do Governo Federal. Perdemos os últimos ministros.

Hoje o Estado do Paraná, na verdade, pelo atual Governo do Estado, pela liderança que possui a política oficial do Paraná, é mais um, entre os Estados brasileiros.

Quando tem condições de produtividade, de trabalho do seu povo, de construção de sua gente para bater às portas do Governo Federal, não de joelhos, não de quem, nomeado, tem que pedir perdão e a benção ao padrinho que o nomeou. Mas, sim, que possamos chegar ao Governo Federal de maneira vertical, sem dobradiças nas costas, em pé e reclamar e exigir ao Paraná aquilo que a União deve a este Estado.

Ou acaso existe outra justificativa para esta situação de omissão e de desrespeito. Omissão do Governo do Estado, omissão do Governo Federal. De desrespeito da União para com este Estado que nós tanto gostamos.

Mas, antes de concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos dizer que estamos iniciando na Bancada do PMDB, se assim for possível, uma luta incessante para que possamos na verdade, convencer aqueles duros de convencimento, de tocar a insensibilidade dos insensíveis para que este Estado possa orgulhar-se de ser um Estado campeão no esforço do trabalho pelo Brasil, também, seja o Estado que possa ter um mínimo de estrutura de justiça social.

E isso só será possível quando neste Estado nós tivermos políticos responsáveis e que possam, efetivamente, ter condições de bater às portas de nossas autoridades.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Realmente, neste Estado, neste Governo do Estado do Paraná, acontecem coisas estranhas, muito estranhas, Sr. Presidente.

Se não vejamos.

Prepara-se a COPEL, segundo informam alguns de seus Diretores, para iniciar a pré-qualificação das empresas de construção com vistas a concorrência às obras civis da Usina de Salto Segredo. O objetivo da COPEL é realizar a concorrência no segundo semestre de 1982, de modo que até o final deste ano as obras de Salto Segredo estejam concluídas.

Temos fundados motivos para ver com estranheza a pressa na realização dessa concorrência, sobretudo quando sabemos que o Governo Federal recentemente homologou o "Plano 2000", que trata do planejamento de longo prazo para o suprimento de energia elétrica do País. Abordando com realismo a questão da redução do consumo de energia, principalmente na Região Sul, para ajustar as perspectivas de crescimento da demanda para os próximos anos, o "Plano 2000", entre outras, chegou à seguinte conclusão.

"O mercado de energia elétrica projetado pela ELETROBRÁS no "Plano de Atendimento dos Requisitos de Energia Elétrica até 1990" — "Plano 90 e, posteriormente, no "Plano 95", que vinha se confirmando aproximadamente nos últimos seis anos, apresentou, a partir de março de 1981, sensível redução a vista das projeções realizadas, fato esse decorrente das medidas tomadas pelo Governo visando o controle da inflação e o equilíbrio do balanço de pagamentos, com influência mais significativa no nível de utilização do parque industrial do País.

As perspectivas atuais são de que haverá uma diminuição do ritmo de crescimento do mercado de energia elétrica para uma taxa de 7,7% a.a. até 1984".

Em consequência desse estudo, Salto Segredo, hidrelétrica de potência aproximada de 1.000 MW, teve sua época de início de operação revista e prorrogada para 1988.

Ora, é sabido por todos que, hoje, a Região Sul já dispõe de excesso de oferta de energia, não sendo outra a razão pela qual as hidrelétricas de Foz do Areia (COPEL) e Salto Santiago (ELETROSUL) estão com sua capacidade de geração ociosa.

Além disso, também é preciso considerar que Itaipu, a partir de 1983, jogará no mercado da Região Sul 2000 MW novos por ano, durante 6 anos.

Pelas informações técnicas de que dispomos, sabemos perfeitamente que uma hidrelétrica, com as características de Salto Segredo, pode, sem qualquer dúvida, ser executada em 4 anos de trabalho, ou seja, para gerar a primeira unidade em 1988, é suficiente iniciar as obras de construção da usina, até com folga, no final de 1983, início de 1984.

Tudo isso nos leva a concluir que mantido o cronograma atualmente pretendido pela COPEL, estarão sendo dispendidos recursos do Estado um ano antes do necessário, com óbvio e evidentes prejuízos para as finanças do Paraná.

Perguntamos, por que?

E ao perguntarmos porque, alguém poderia nos perguntar se temos dúvida, porque não recorremos a um requerimento de pedido de informações à COPEL, o que é fácil de se explicar, porque não usamos deste expediente. Porque, por incrível que possa parecer, existem sobre a Mesa, requerimentos datados de 12.3.82 e que ainda não foram apreciados por este Plenário e porque também já se transformou em tabu nesta Casa, que requerimentos de pedidos de informações

oriundos de Deputados da Oposição, não tem acolhida da Bancada Majoritária desta Casa, que é do PDS, numa tentativa de procurar "tapar o sol com a peneira", de não permitir que a opinião pública deste Estado seja esclarecida em assuntos da maior importância e então perguntamos o porquê desta concorrência com tanta antecedência, ainda mais se levarmos em conta que vivemos em uma época de tão comentada escassez de recursos, de revisão de programas de investimentos, tanto federais como estaduais, deveremos estranhar mais do que o Estado do Paraná, em final de Governo, venha antecipar gastos que irão onerar os cofres públicos do Estado, exatamente a partir da mudança de Governo, uma vez que a obra é evidentemente desnecessária neste momento, pelas razões que já expusemos. Por que tanta pressa em contratá-la, ao apagar as luzes do Governo Ney Braga? Não se pode nem falar em benefícios políticos diretos, pois até as eleições, não se movimentará naquela obra, um metro cúbico de terra.

Qual seria então o objetivo desta antecipação, perguntamos e nesta pergunta queremos lançar a nossa dúvida através desta tribuna e imprensa do Paraná, para que a COPEL venha a público, explicar essa pressa que não entendemos, e que não entende o povo do Paraná.

Cobramos da COPEL uma resposta e até que ela nos chegue em termos claros e fundamentada, ficamos com todo o direito de pensar que, além do contido em seu próprio nome, existe mais segredo na apressada concorrência da Usina de Salto Segredo.

Fica aqui portanto, Sr. Presidente, sem o formalismo de um requerimento de pedido de informações, mas que a COPEL, com a obrigação que deve a este Estado, de esclarecer assuntos dessa natureza, venha a público e responda a este Deputado e às dúvidas do Paraná, porque se pretende, ao apagar das luzes de um Governo, iniciar-se a pré-qualificação de uma concorrência de uma obra civil, que terá o seu início somente em 1988, conforme o plano editado e planejado pelo Governo Federal.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a atenção de Vossa Excelência e o que Vossa Excelência está estranhando na tribuna, não é de se estranhar.

Vossa Excelência sabe que o programa energético sempre é elaborado a médio e longo prazo. Vossa Excelência sabe que não é a mesma coisa construir uma usina e construir uma casa escolar.

Vossa Excelência sabe não só da demanda de recursos que são de grande monta, mas que também ele deve se enquadrar no contexto do programa energético do Governo Federal.

Vejam Vossa Excelência que hoje nós temos uma sobra de energia no País, sobra de energia que tem sido criticada pela Oposição, como um erro de projeção, um erro de planejamento do Governo Federal, através da ELETROBRÁS.

Entretanto, Vossa Excelência sabe que um País em desenvolvimento não pode amarrar-se a programas específicos de curto e médio prazo, porque o crescimento do País, não só econômico mas até populacional é de tal monta, que há que haver previsão no sentido de que a falta de energia amanhã não possa impedir a continuidade de um programa administrativo, de um programa de desenvolvimento.

Então, condenou-se o Governo pelo fato de estar sobrando energia, mas, o Governo não podia prever evidentemente, anteriormente a 1973, não podia prever uma recessão na economia mundial. Porque a recessão não é só brasileira em que pese ela se constituir no prato predileto hoje da Oposição, Vossa Excelência sabe que a recessão é mundial, Vossa Excelência me aponte um País do mundo Ocidental, porque lamentavelmente ninguém tem notícia do outro lado, porque lá, se falar, cortam a língua ou fuzilam. Então, do mundo

Ocidental, Vossa Excelência não conhece a história de nenhum País que não esteja, efetivamente, a braços com uma crise econômica, com uma recessão, isso há partir de 73 para cá.

Muito bem, isso, efetivamente, afetou o crescimento do País, reduziu, desaqueceu o ritmo dos negócios com perdas sensíveis no setor industrial e em consequência, no setor comercial. Daí a sobra de energia. Mas, acontece, que o programa não pode parar.

O SR. TRAJANO BASTOS — Vossa Excelência parece que não entendeu a minha estranheza.

O Sr. Erondy Silvério — Eu já chego na estranheza de Vossa Excelência. Então, nós não podemos interpretar esses fatos como fatos sazonais. O programa energético não pode sofrer solução de continuidade. Então, evidentemente, a Usina Salto Segredo, é uma obra a ser realizada, é evidente que a COPEL está fazendo a pré-qualificação das firmas empreiteiras, sem que isso possa causar a quem quer que seja, pelo passado laborioso, pelo passado honesto da direção da COPEL nesses últimos anos de estranheza neste sentido.

Acho que Vossa Excelência está colocando bem o seu requerimento, Vossa Excelência está querendo saber o porquê, mas tenho absoluta certeza que terá a resposta. E será uma resposta convincente. Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu e espero que dirimamos de uma vez por todas essas dúvidas que Vossa Excelência está colocando assim meio nebulosamente.

O SR. TRAJANO BASTOS — Não nebulosamente, claramente, estou colocando claramente. Nebulosa é a pretensão da COPEL em fazer uma concorrência para uma obra que terá início em 1988, no segundo semestre de 82. Aí reside a nebulosidade e daí nasce a minha dúvida ilustre Deputado Erondy Silvério.

Quanto aos outros assuntos que Vossa Excelência levanta, que a Oposição vem criticando a recessão nacional e nós continuamos criticando e lamentando que isso tenha acontecido por uma falta de planejamento do Governo Federal de não ter sido em termos de planificação econômica neste País. Esta é a grande verdade.

E a nossa dúvida no mais que pese aos esclarecimentos que Vossa Excelência tenta trazer ao meu pronunciamento, a minha dúvida permanece. Até que, uma palavra oficial da COPEL venha esclarecer a respeito de que, para que tanta pressa nesta concorrência? Eu não entendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Ausente).

A Mesa consulta à Liderança do Partido Democrático Social, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento subscrito por diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando seja determinado a instalação e realização de Sessão Legislativa a realizar-se no dia 29 de abril corrente, na Cidade de Maringá, nas dependências da agência do Instituto Brasileiro do Café, com vistas a outorga e entrega de Títulos de Cidadão Benemérito do Paraná a Sua Eminência Reverendíssima Dom Jaime Luiz Coelho, Arcebispo Metropolitano de Maringá.—

Aprovado, por unanimidade.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 06/79, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO METODISTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABATIÁ”, na forma e como especifica.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 82/81, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO PARANAENSE CONTRA O FUMO — ANTIFUMO”, com sede na Cidade de Curitiba.— Aprovado.

Redação Final ao Projeto de Lei n.º 82/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE CONTRA O FUMO — ANTIFUMO, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente,
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 85/81, que declara de utilidade pública o “SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE CORNÉLIO PROCÓPIO”, com sede e foro em Cornélio Procópio.— Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei n.º 85/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE CORNÉLIO PROCÓPIO, com sede e foro na Cidade de Cornélio Procópio.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente,
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 102/81, que declara de utilidade pública a “SOCIEDADE DE AMPARO AO NECESSITADO MEDIANEIRENSE — SANEM”, com sede e foro na Cidade de Medianeira.— Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei n.º 102/81

A Assembléia Legislativo do Estado do Paraná
DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE DE AMPARO AO NECESSITADO MEDIANEIRENSE — SANEM, com sede e foro na Cidade de Medianeira.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente,
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 106/81, que concede o Título de Cidadão Honrário do Paraná ao Senhor Doutor WOLFRAM RUHENSTROTHBAUER.— Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei n.º 106/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário

rio do Paraná ao Senhor Doutor WOLFRAM RUHENS-TROTHBAUER.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente,
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 113/81, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DE GUARAVERA”, com sede e foro no Distrito de Guaravera, Município de Londrina.— **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 113/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DE GUARAVERA, com sede e foro no Distrito de Guaravera, Município de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente,
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 116/81, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor “EGAS DIRCEU MONIZ DE ARAGÃO”.— **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 116/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor EGAS DIRCEU MONIZ DE ARAGÃO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 121/81, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Irati, área de terra pertencente ao Estado do Paraná, conforme especifica.— **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 121/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Irati, parte do imóvel pertencente ao Estado, com a área de 166.687,50 m², componente da Gleba n.º 1, da Planta Caetano Zarpelon, localizado no Município de Irati, constante da Transcrição sob o n.º 5.167, Livro E-F, fls 58, da Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Irati.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente,
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 126/81, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Desembargador ACYR SALDANHA DE LOYOLA.— **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 126/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Desembargador ACYR SALDANHA DE LOYOLA.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente,
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 127/81, que declara de utilidade pública a “SOCIEDADE ASSISTENCIAL DE NOSSA SENHORA DA APARECIDA”, com sede em Rio Negro.— **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 127/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE ASSISTENCIAL DE NOSSA SENHORA APARECIDA, com sede e foro na Cidade de Rio Negro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente,
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 136/81, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE DE MARINGÁ — AFEDEM”, com sede na Cidade de Maringá.— **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 136/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE DE MARINGÁ — AFEDEM, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente,
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 141/81, que declara de utilidade pública o “CLUBE DE PROTEÇÃO AO MENOR E PREVIDÊNCIA — PROMENOR”, com sede e foro na Cidade de Curitiba.— **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 141/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Clube de Proteção ao Menor e Previdência — “PROMENOR”, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente,
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 150/81, que dá nova denominação ao Município de Nova Prata.— **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 150/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — O Município de Nova Prata, criado pela Lei n.º 7.272, de 27/12/79, passa a denominar-se Nova Prata do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;
ANTÔNIO COTRIM — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 155/81, que declara de utilidade pública a “SOCIEDADE CULTURAL SANTO INÁCIO”, com sede e foro na Cidade de Maringá.— **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 155/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE CULTURAL SANTO INÁCIO, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;
ANTÔNIO COTRIM — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 105/81, que autoriza a realização de plebiscito na área discrita, do Município de Santa Helena, a fim da respectiva população decidir sobre a criação do Município de São José.— **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 105/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, do Município de Santa Helena, a fim de que a respectiva população decida sobre a criação do Município de São José.

— começa no Arroio Boas Novas, onde o mesmo atravessa a divisa Sul da Fazenda Britânica, por esta referida divisa rumo Oeste-Leste até o rio São Francisco Verdadeiro, subindo pelo mesmo até o rio Santa Quitéria, por este acima até a foz do arroio Água Muda, por este acima até a sua nascente, ligando-se a Água Derbal, por esta segue-se rumo ao Sul até o rio São Francisco Falso - braço Norte — por este abaixo até a foz do córrego Serrinha, por este acima até a sua nascente, dali em diante em linha seca até a nascente do arroio Boas Novas e por este até a divisa Sul da Fazenda Britânica, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;
ANTÔNIO COTRIM — Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 156/81, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSO, que altera o Art. 3.º, da Lei Complementar n.º 12, de 17 de novembro de 1981. (Sobre transferência de área dos Municípios). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 39/81), que dispõe sobre novo Estatuto da Polícia Civil do Estado.— (Anexa Mensagem Aditiva n.º 50/82). Parecer

FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL — COM EMENDAS.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.—

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a Mensagem Aditiva.— Aprovada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal para, posteriormente, requerer verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. Solicito do Sr. 1.º Secretário que seja procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 23 Srs. Deputados. Não há “quorum” para deliberação, apenas para prosseguimento da sessão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência me inscrevesse para Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá sua inscrição.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/80, de autoria do Deputado TÚLIO ZANCHET, que cria o Município de Pranchita, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Encerrada a discussão.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA ENTRE RIOS”, com foro em Entre Rios. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Encerrada a discussão.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública o “BANCO DE OLHOS DE CURITIBA — BOC”, com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Encerrada a discussão.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 100/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública o “IATE CLUBE DE GUARATUBA”, com sede no município do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

Projeto de Lei n.º 100/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o Iate Clube de Guaratuba, com sede e foro no Município de Guaratuba, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1981.

(a) JOÃO MANSUR.

JUSTIFICATIVA:

O Iate Clube de Guaratuba, entidade social, com sede no município do mesmo nome, embora tratando-se de entidade social, que mantém seu funcionamento através do recebimento de recursos oriundos de venda de títulos patrimoniais e cobrança de mensalidades, enquadra-se perfeitamente no rol de entidades, que venham a beneficiar-se com as vantagens a serem auferidas após serem declaradas de utilidade pública.

Pois, desde a sua fundação, ocorrida a exatamente 32 anos passados, tem sido constantes e reiterados os serviços que vem a mesma prestando à comunidade daquele município através das mais diversificadas formas de cooperação e atividades, tanto no campo de promoções sociais, bem como desportivas e recreativas, além de culturais, vindo desta forma, colaborar de maneira indiscutivelmente decisiva para o desenvolvimento de Guaratuba, conforme poderá constatar-se através da documentação em anexo.

Em face do acima exposto, havemos por bem apresentar o presente plano de lei, para o qual esperamos contar com o apoio integral dos nossos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 100/81

PARECER:

Submete-se à apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça, o presente plano de lei de autoria do eminente Deputado João Mansur, objetivando declarar de utilidade pública o "Iate Clube de Guaratuba", com sede na cidade do mesmo nome.

Não há irregularidades a sanar, nem impedimentos de ordem legal que obstem a normal tramitação do projeto, pelo que opinamos por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 144/81, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor EGAS PENTEADO IZIQUE. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade.
Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 144/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. EGAS PENTEADO IZIQUE.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1981.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

A personalidade do eminente médico, Dr. Egas Penteado Izique, é por demais conhecida nos meios sociais e médico de nosso Estado, dispensando maiores detalhes que possam engalhar a sua figura de profissional, dos mais competentes, e de homem que vem dedicando a sua vida em favor da nossa sociedade.

Fiel à sua profissão, a das mais nobres dentro da nossa sociedade, não tem medido esforços em se esmerar cada vez mais visando dar tudo de si para atender aos princípios máximos da medicina, que vem ser a de propiciar à humanidade a eliminação da dor, da miséria e de tudo aquilo que impede que o homem possa alcançar a sua total plenitude, dentro da sua existência.

O Curriculum Vitae que anexamos ao presente, por si só justifica plenamente a justa homenagem com que o povo paranaense merecidamente prestará sua gratidão a este paulista de nascimento, mas paranaense de coração, pelos longos e profícuos anos de trabalho em prol de nossa gente.

Com isso, apresentamos o presente plano de lei que temos a certeza, merecerá o total apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 144/81

PARECER.

De autoria do ilustre Deputado Fuad Nacli, objetiva o presente plano de lei conceder o título de cidadania honorária do Paraná ao Dr. Egas Penteado Izique.

Senhor de extraordinário "currículo", este paulista que veio ainda jovem para nosso Estado, notabilizou-se no exercício da medicina, após diplomar-se pela Universidade Federal do Paraná.

Tem obras publicadas em sua especialidade, de real valor científico.

Cumpridos os requisitos preconizados pela Lei 5638/67 e atendidas que foram as formalidades regimentais, somos pela aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 157/81, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública o CLUBE DO GOLFINHO com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —
Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 157/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "CLUBE DO GOLFINHO", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1981.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

O Clube do Golfinho, objeto do presente plano de lei é uma entidade civil, com sede nesta Capital, tem por finalidade promover o desenvolvimento, a ministração do ensino e cultura da educação física, especialmente dos esportes aquáticos, bem como a realização de reuniões desportivas, cívicas, culturais, recreativas ou de outras modalidades festivas, entre seus associados e seus familiares.

Apresentamos o referido projeto de lei esperando dos ilustres Pares o devido apoio e posterior aprovação da medida proposta, pois a entidade preenche os requisitos mínimos exigidos pela Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, legislação reguladora de utilidade pública em nosso Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 157/81

PARECER.

De autoria do eminente Deputado Tercio Albuquerque, visa o presente plano de lei declarar de utilidade pública o Clube do Golfinho, com sede e foro nesta Capital.

Constitui-se a entidade em questão em autêntica escola de natação, dedicando-se exclusivamente à prática dos desportos aquáticos.

Foram cumpridas as formalidades regimentais e legais, tendo a Escola declarado que os membros da Diretoria não percebem remuneração a qualquer título.

Em tais circunstâncias, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Pavesi, ocorrido na cidade de Marumbi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 211.º aniversário de Guaratuba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Erich Dauhs, ocorrido em 25 do corrente na cidade do Rio de Janeiro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Massimo Deud, ocorrido na cidade de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Educação, pela indicação do Professor Alcy Ramalho para ocupar o cargo de Reitor da Universidade Federal do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Superintendente Regional do Instituto Nacional de Previdência Social - PR, encarecendo a instalação do escritório de representação daquele órgão, no Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado apelo ao Superintendente Regional de Crédito Rural do Banco do Brasil em Curitiba, referente a liberação de verba para eletrificação rural no Distrito de São Pedro do Florido, Município de Santo Antônio do Sudoeste. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Recursos Humanos, pedindo informações sobre a data que serão chamados a tomarem posse os concursados constantes do Edital n.º 06/82, publicado no Diário Oficial n.º 1233, de 17/02/82. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário do Desenvolvimento dos Municípios, encarecendo o fornecimento dos valores de verbas concedidas ao Município de Cascavel no ano de 1981, e se essas verbas foram repassadas a fundo perdido e qual a previsão e escalonamento dos respectivos pagamentos. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública e ao Sr. Comandante da Polícia Militar, comunicando violências policiais perpetradas no Município de Loanda contra o Sr. Elias Alves da Silva. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Tribunal de Contas do Estado, pedindo informações sobre aplicação de recursos oriundos de empréstimos externos pelo Poder Executivo do Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício à SUREHMA, pedindo providências con-

tra o Frigorífico Santo Antônio, de Apucarana, por não obedecer às leis de proteção ao meio ambiente, poluindo as águas e nascentes dos rios que cortam aquela cidade. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo credenciamento do Hospital de Clínicas São Lucas, para prestar assistência hospitalar a beneficiários da Previdência Social do Município de Boa Vista da Aparecida. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, sugerindo que as verbas da Secretaria de Desenvolvimento destinadas aos municípios, sejam distribuídas pelas associações que representam as micro-regiões do Estado, estabelecendo-se assim critérios mais justos. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, encarecendo a instalação de Agência do BANESTADO no Distrito de Iracema, Município de Formosa do Oeste. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, para que seja instalada uma agência do referido banco no Distrito de Panema, Município de Santa Mariana. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Conselho Nacional de Trânsito, sugerindo a elaboração de estudos para expedição de Carteira de Habilitação Municipal Especial. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à TELEPAR, encarecendo providências para implantação de recursos técnicos no sistema de telefonia, objetivando impedir o lançamento de despesas com telegramas fonados, em contas de usuários terceiros. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Tenente Pianowski e ao Sargento Edison, integrantes do Regimento de Polícia Montada do Estado do Paraná, pelo brilhante desempenho de sua missão no Jardim Social, nesta Capital. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando remessa de apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar estudos sobre a viabilidade de modificar a Lei n.º 7051, de 04.12.78, na parte relativa ao Prêmio de Produtividade (arts. 75 e 76 e parágrafo único) atribuída aos integrantes da Coordenação da Receita do Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício aos Srs. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, Secretário dos Transportes e ao Governador do Estado, encarecendo que atendam as reivindicações das lideranças da comunidade do Distrito de Ouro Verde, Município de Toledo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo a construção de mais quatro salas de aula junto ao G.E. Getúlio Vargas de Iracema, Distrito de Formosa do Oeste. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeir-

deiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a formulação de um apelo, ao Sr. Ministro da Agricultura, para que atenda as reivindicações da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, com a liberação de recursos do EGF e AGF ao sistema cooperativista. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário da Agricultura, pleiteando a instalação de um armazém graneleiro no Município de Santa Isabel do Ivaí. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor do D.E.R., encarecendo providências no sentido de se efetuarem obras de recuperação asfáltica na PR-317, trecho Campo Mourão-Maringá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Teixeira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a implantação do curso de segundo grau na Escola Santos Dumont, na Vila Guaíra. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Teixeira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo a implantação de um módulo de socorro familiar na avenida Francisco Derosso, nas proximidades da Igreja São Francisco de Assis. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Superintendente Regional do INAMPS e de TELEX ao Ministro da Previdência, dirigindo-lhes apelo no sentido de ser revista a classificação de hospitais da região metropolitana de Curitiba, apresentada pela anterior superintendência regional do INAMPS, em que figuram o Hospital Evangélico com avaliação de 10%, a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, com 20% e o Hospital da Cruz Vermelha de Curitiba, com 15%. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao INCRA e ao Instituto de Terras e Cartografia encarecendo a regularização da área situada na localidade de esquina Céu Azul, Município de Santa Helena. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de TELEX aos Srs. Ministro do Planejamento, Ministro da Fazenda, da Agricultura e ao Presidente do Banco Central, encarecendo que as operações de AGF, para o algodão sejam feitas com a cláusula de retrovenda às Cooperativas, seja promovida alocação de recursos de EGF para arroz, algodão, soja e milho, em volumes compatíveis com a produção recebida pelas cooperativas, e abrangendo 100% do preço mínimo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a jovem atleta Naci Ogata, de Peabiru - PR, pela conquista do Campeonato de Xadrez do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a implantação do sistema Monocanal na Vila Flor da Serra, Distrito de Quatro Pontes, Município de Marechal Cândido Rondon. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor Regional - PR da Empresa Brasileira de Correios

e Telégrafos, encarecendo a instalação de uma Agência de Correio na cidade de Salgado Filho. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, pedindo a convocação do Sr. Secretário de Educação para que preste informações sobre a intervenção dos chamados "comandos políticos" nos atos sob responsabilidade de sua pasta. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Teixeira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Educação, encarecendo a implantação do curso da quinta à oitava série do primeiro grau na Escola Narciso Mendes, no Jardim Esmeralda, no bairro do Xaxim. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, com apoio dos Srs. Deputados Gernote Kirinus, Werner Wanderer e Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Srs. Presidentes da Câmara Federal, Senado da República, líderes dos partidos com assento no Congresso Nacional, ao chefe da Casa Civil da Presidência da República e ao Ministro da Justiça, pedindo a liberação das chamadas áreas de segurança nacional, prefeituras das capitais e estações hidrominerais, possibilitando eleições livres e diretas em novembro de 1982. — **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna, na tarde de hoje, é para discutir o projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, que visa criar, no extremo sudoeste do Paraná, mais um município, o Município de Pranchita.

Faço-o, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desta tribuna que sempre procurei honrar ao longo dos meus dois mandatos e na presença de diversos companheiros, sejam companheiros políticos, ou companheiros brasileiros do sudoeste como eu.

Vejo aqui, nesta tarde, na tribuna desta Casa, homens com quem convivo há longos anos e amizade algumas as quais herdei de meu velho pai, autor provavelmente da lei que criou o então distrito de Pranchita.

Faço também, Sr. Presidente, para deixar claro a minha posição. Nunca tive atitudes dúbias na minha vida. Sempre procurei posicionar-me até às vezes contrariando interesses políticos e eleitoreiros imediativos. Sou absolutamente favorável à criação do Município de Pranchita.

Tenho procurado, às vezes, pela omissão, ajudar a criação do Município de Pranchita. Mas, não posso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar de caracterizar a minha posição em razão de falhas existentes no projeto de lei.

Nós conhecemos, como os Srs. Deputados estaduais conhecem, a legislação pertinente à criação do novo município.

Temos dois tipos de lei. A lei federal que regulamenta a matéria e a lei estadual. A lei federal que procurou sempre ao longo dos anos em teve vigência através de um ato complementar editado pela Presidência da República, restringir a criação de novos municípios.

Nós, de 1967 até 1970, se não me falha a memória, tivemos no Paraná a criação de somente dois municípios.

Posteriormente, neste último período, esta Assembléia teve a oportunidade de criar alguns municípios no Paraná.

Ainda recentemente foi possível a criação de aproximadamente 12 municípios neste Estado.

Mas, precisamos, nos projetos de lei que criam municípios, verificar a sua concordância com a legislação estadual pertinente à matéria.

O Sr. Túlio Zanchet — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Já concederei, com muito prazer, o aparte.

Gostaria de concluir o meu raciocínio.

Nós precisamos verificar uma lei existente no Estado do Paraná, que é a Lei Orgânica dos Municípios, que estabelece alguns pressupostos básicos para a criação de municípios neste Estado. Especialmente no caso de Pranchita.

O Artigo 6, no Capítulo 2, que diz da criação do município e do distrito. No artigo 6 diz, que a criação de um município poderá ocorrer mediante desmembramento do território de município, fusão de parcelas de dois ou mais municípios; fusão de área territorial integral de dois ou mais municípios com a extinção destes.

São condições para que um território se constitua município, além dos fixados por lei federal, são os seguintes: 1) ser distrito a mais de 4 anos. Condição que Pranchita preenche; 2) apresentar distância não inferior a 10 km entre o perímetro urbano de sua sede e da sede do município de origem. Condição que Pranchita e sabem os moradores de Pranchita que esta condição não é preenchida pela distância existente entre a sede do distrito progressista de Pranchita e o município de Santo Antônio do Sudoeste.

Nós sabemos também, que é preciso que haja audiência das Câmaras Municipais e dos chefes dos Poderes Executivos dos municípios.

Porque, Pranchita pretende, com justiça, se emancipar, tirando uma parte do território do Município de Pérola do Oeste, município considerado Zona de Segurança Nacional e pretende também, ter uma divisa do atual distrito. Isto é, ter uma divisa inferior aos 10 km previstos pela Lei Orgânica dos Municípios, com o Município de Santo Antônio do Sudoeste.

Em razão destes obstáculos de ordem legal com a audiência contrária das Câmaras Municipais, Pérola do Oeste manifestou-se através da sua Câmara Municipal pela unanimidade de seus Vereadores, não contra a criação do Município de Pranchita, mas contra as divisas existentes no projeto do eminente Deputado Túlio Zanchet. Igualmente, a Câmara Municipal de Santo Antônio do Sudoeste assim procedeu. Sabe o Sr. Rosalino Roveda, que aqui está, nosso Vereador e nosso companheiro de Pranchita, porque ele foi o único voto favorável à criação do Município de Pranchita, quando o assunto esteve em votação na Câmara Municipal de Santo Antônio do Sudoeste.

Creio, Srs. Deputados, que me dão a honra de ouvir este pronunciamento, que, realmente, precisamos buscar agora, com o projeto — e quero render as minhas homenagens ao trabalho do Deputado Túlio Zanchet — com o projeto nesta altura, porque tenho conhecimento de que o Prefeito Municipal de Pérola do Oeste, de que a Câmara Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, irá solicitar — caso aprovemos essa lei e o Governador sancione — a declaração de inconstitucionalidade da lei, de antijuridicidade da lei. Parece-me claro que se alguém levantar este assunto, no Tribunal, o Supremo Tribunal Federal irá declarar inconstitucional a lei.

Então, o sonho dos homens de Pranchita, que aqui estão, o desejo do Deputado Túlio Zanchet que apresentou o projeto, a disposição de todos nós de aprovar a criação do município, irá por água abaixo. Porque, já há Julgados, já há Súmulas, do Supremo Tribunal Federal, neste sentido.

Tenho em mãos, uma Súmula publicada na Revista Trimestral de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que é clara. E que diz: criação de município, inconstitucionalidade de lei que cria municípios com anexação de território de distrito de outro, sem a audiência da Câmara de Vereadores, e sem obedecer a Lei Orgânica e a Constituição Federal.

Mas, mais do que isso, Srs. Deputados, a própria Lei Orgânica do Estado do Paraná, que não é uma Lei Ordinária, mas que, na escala das leis, é uma lei para-constitucional, aprovada por esta Casa, com um rito especial, com número e “quorum”

especial, estabelece, no Artigo 45:

“Dependerão do voto favorável de dois terços dos membros das Câmaras, além de outros casos previstos nesta lei, as deliberações sobre:

n.º 3: — Aprovação de representação sobre modificação territorial do Município, de qualquer forma, bem como alteração de seu nome.”

Em razão disso, Sr. Presidente, em razão disto, Srs. Deputados, tenho a satisfação de propor, no meu entendimento, uma solução conciliatória, para que possamos criar o Município de Pranchita, que possamos voltar a discutir este assunto, Sr. Presidente, retirando da Pauta de votação, o projeto, até segunda, ou terça-feira, para que tenhamos condição de dialogar com os representantes da Câmara Municipal de Pérola do Oeste, com os representantes da Câmara Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, assumindo eu, pessoalmente, aqui, o compromisso de ir junto com o Deputado Túlio Zanchet, e de solicitar aos companheiros meus, da Câmara Municipal de Santo Antônio do Sudoeste e Vereadores da Câmara Municipal de Pérola do Oeste, provavelmente, companheiros do Deputado Túlio Zanchet, que nós possamos encontrar uma solução conciliatória, que possa transformar o projeto de lei, que já recebeu, através de plebiscito organizado pelo TRE, a sua aprovação na transformação da lei e na sanção do Senhor Governador e mais do que isso, Senhores Deputados, para que possamos ter a consciência de estarmos legislando corretamente e podendo oferecer aos brasileiros de Pranchita, a possibilidade de ver o seu sonho transformado em realidade e não ficar suspenso sob a alegação ou sob uma ação que se irá prolongar por três ou quatro anos nas barras do Tribunal, até o Supremo Tribunal Federal.

Esta é a proposta que faço e ouço agora, com muito prazer, o aparte do Deputado Túlio.

O Sr. Túlio Zanchet — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, quero agradecer o aparte que o ilustre Deputado Luiz Alberto de Oliveira nos concede, depois da sua brilhante exposição sobre o projeto de lei que cria o Município de Pranchita e que leva o número 24/80.

Nós queremos dizer, inicialmente, que esse projeto foi apresentado no dia 07/04/80, nesta Casa de Leis. Passou inicialmente pela CCJ da qual o ilustre Deputado é membro e reconduzido novamente àquela comissão. Recebeu inicialmente o primeiro parecer...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência me permite dialogar com Vossa Excelência, porque eu tenho pouco tempo para explicar e gostaria de dizer a Vossa Excelência que conheço tão bem o projeto quanto Vossa Excelência, porque recebi uma cópia, encaminhada pelo Bolívar Rizzi e pela Comissão.

O Sr. Túlio Zanchet — Eu sei. Vossa Excelência deve ter acompanhado. Só lamento que não tenha levantado essas questões quando da tramitação, inclusive junto à CCJ para esclarecer os demais Pares, que lá estavam, sobre esses problemas.

Porque projetos também com outras inconstitucionalidades que aqui são levantadas, foram aprovados.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência sabe, nesses projetos não havia manifestação contrária de nenhuma Câmara e de nenhum Chefe de Executivo Municipal. A diferença é exatamente essa, Deputado, e Vossa Excelência sabe que a par disso, a C.C.J., infelizmente, não analisou por hora imprópria uma impugnação feita pela Câmara Municipal de Santo Antônio do Sudoeste.

O Sr. Túlio Zanchet — As questões levantadas foram verificadas e inclusive sobre a manifestação das Câmaras, há manifestação no bojo dos autos. A manifestação dos prefeitos, além de haver no bojo dos autos de um deles, há também uma manifestação pública, do Prefeito Emani Hartmann, que participou inclusive de uma manifestação, dizendo-se totalmente favorável.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador que está encerrado o horário. Entretanto se Vossa Excelência desejar, poderá requerer mais 15 minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Para que nós possamos esclarecer o assunto.

O Sr. Túlio Zanchet — Eu agradeço a disposição do ilustre Deputado em pedir o aumento do prazo para discutirmos, e também da Mesa, pela consideração usada.

Prosseguindo.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Não há, no bojo dos autos, manifestação contrária do Prefeito Emami Hartmann. O que há manifestação contrária, é do Prefeito Bassetti, Município onde Vossa Excelência tem representação política.

O Sr. Túlio Zanchet — Exatamente. De Pérola do Oeste. Agora, existe um acordo de cavalheiros, porque este é o entendimento e foi o que eu propus agora há pouco, quando procurado pelo ilustre Deputado, pela primeira vez, para falarmos sobre Pranchita e que eu lamento, só agora na segunda discussão, somos procurados, em respeito ao ilustre Deputado que mantém a sua representação expressiva no Sudoeste do Estado e que até gostaria que esse projeto fosse apresentado pelo próprio Deputado e se não o fizéssemos, outros Deputados senão da Situação, da Oposição seriam procurados por Pranchita para apresentar o projeto.

Agora, eu lamento que a retirada...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sempre Deputado Túlio Zanchet, já que Vossa Excelência me dá oportunidade, me assaltaram estas dúvidas a respeito do projeto, para não falar noutras dúvidas Deputado Túlio Zanchet, que Vossa Excelência sabe que existe. Se Vossa Excelência sabe que este município e que este território está sob a égide de uma lei federal específica sobre a matéria, que é Zona de Segurança Nacional, Vossa Excelência conhece a matéria e Vossa Excelência sabe, Deputado, que este projeto só poderá se transformar em lei e o município ser instalado na medida em que haja um consenso. E, Vossa Excelência pergunta por que não levantei o assunto na Comissão de Constituição e Justiça da qual eu faço parte há oito anos nesta Casa. Não levantei, Deputado, porque até aquela ocasião não havia a não ser da Câmara Municipal de Santo Antônio do Sudoeste uma manifestação contrária. E entendia, portanto, que eu poderia para atingir o objetivo de Pranchita, transformar o projeto em lei. Não havia, naquela ocasião ainda, no meu conhecimento, manifestação contrária também de Pérola do Oeste.

Mas Vossa Excelência sabe agora, Deputado, que a situação é nova, que não adianta nós ficarmos analisando os fatos ocorridos no passado deste projeto, porque nós estamos em via de votação, em vias de transformá-lo em lei e sob a possibilidade, muito próxima, de que haja uma representação pela inconstitucionalidade, pela antijuridicidade, pela ilegalidade da lei e, conseqüentemente, o município ficaria sub-judice, não seria instalado e o sonho dos homens que aqui estão, se frustraria.

O Sr. Túlio Zanchet — Permite que eu continue então, nobre Deputado. Não, o conhecimento se Vossa Excelência talvez não tivesse, mas constava do bojo dos autos, a manifestação contrária das duas Câmaras antes mesmo do segundo parecer da Comissão de Constituição e Justiça. E antes mesmo da realização do plebiscito...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Até aquela ocasião, nobre Deputado, eu folhei o projeto de lei na Comissão de Constituição e Justiça, não encontrei nenhuma manifestação contrária a tal ponto que sugeri ao Deputado Jurandir Messias, como sugeri ao Deputado Valter Pietrângelo, que requeresse verificação. Como não sugeri hoje, porque gostaria de discutir e votar esse projeto hoje.

O Sr. Túlio Zanchet — Constava, eu lamento que o nobre Deputado não tenha visto.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Eu sugeri que o projeto fosse convertido em diligência junto às Câmaras Municipais de Pérola e de Santo Antônio.

O Sr. Túlio Zanchet — Constava e somente efeito procrastinatório.

Agora, o entendimento, tanto a Comissão como nós...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Esse é o entendimento de Vossa Excelência.

É um entendimento de Vossa Excelência de caráter objetivo.

O Sr. Túlio Zanchet — O nobre Deputado está querendo ser muito inocente na questão. Concordo se Vossa Excelência estiver de acordo, e acho que não há necessidade de ser retirado da Ordem do Dia, se este for o entendimento também, porquanto não haverá sessão amanhã, a sessão de amanhã será realizada no Município de Maringá e na sexta-feira não teremos sessão e o projeto automaticamente vai voltar para a Ordem do Dia na segunda-feira próxima, para segunda votação, posteriormente para terceira e depois, para Redação Final.

Concordo de nós procurarmos um termo comum, agora, quanto à modificação de divisas, nesta hora do Processo, que é o único impasse existente e que nós concordamos, mas que o projeto só pode ser depois de autorizado, como tem um outro, de São Jorge do Patrocínio, que é de autoria do ilustre Deputado Ezequias Losso, que também estão discutindo as novas divisas porque, se não, há a necessidade da determinação de um novo plebiscito, que vai demandar de prazos e que vai decorrer o prazo legal para que então aqueles que o ilustre Deputado representa tão bem nesta Casa e que quer tão bem o povo de Pranchita, e que quer ver o Município criado, automaticamente, pela procrastinação que causará, o projeto será fulminado e, neste Governo ele não será criado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Este é o entendimento de Vossa Excelência a esse respeito. O meu entendimento já é diferente.

O Sr. Túlio Zanchet — Exatamente. Se Vossa Excelência...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Se Vossa Excelência me permite responder...

O Sr. Túlio Zanchet — Permito.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência sabe que eu estou na tribuna, e estou concedendo o aparte com deferência a Vossa Excelência.

O Sr. Túlio Zanchet — E eu agradeço a Vossa Excelência, como sempre.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — A palavra é minha, portanto.

Naturalmente, a autorização, sobre o plebiscito foi sobre uma área maior. O que se pretende fazer, com a concordância de Pérola do Oeste e com a concordância de Santo Antônio — porque Vossa Excelência sabe das falhas existentes no projeto, nós conhecemos, estão aqui os homens de Pranchita, que sabem, cada um deles sabe a distância de Santo Antônio a Pranchita, e eu não gostaria de levantar mais uma vez este assunto, mas só para deixá-lo claro, deixar claro que existem falhas e que portanto poderiam ser objeto de uma ação judicial, e a lei, declarada inconstitucional, e a lei, declarada anti-jurídica, então, se nós quisermos fazer as coisas atabalhoadamente, aí sim, nós vamos frustrar o desejo dos moradores de Pranchita. Se nós não tivermos o cuidado de obter uma solução consensual dos Municípios envolvidos, o Município poderá ser criado, a lei, aprovada nesta Casa, o Governador sancionando, mas e depois, companheiros? Será que o Município será instalado ou será que ele terá uma providência de ordem judicial conforme o Prefeito de Pérola do Oeste manifestou o desejo de ingressar com uma ação na Justiça, ainda ontem, onde estivemos juntos Vossa Excelência e eu, então, o que nós precisamos ter é, a consciência de que, se não obtivermos a adesão das outras partes, o Município de Pranchita infelizmente não será criado.

Esta é a proposta que faço: eu, sábado, estarei em Pranchita, vou conversar com os companheiros de Santo Antônio, vou procurar um contato com o Prefeito de Pérola do Oeste — que não é meu companheiro político, que é meu companheiro de Partido mas não é meu companheiro político — e vou tentar, ao lado dos homens de Pranchita que se dispuserem a me acompanhar, para que nós possamos trazer aqui uma emenda ao projeto de lei do Deputado Túlio Zanchet, para a provação nesta Casa, aí, não terei o temor, se esta Assembléia aprovar a emenda, com novas divisas, de que, essa lei seja declarada inconstitucional ou ilegal, porque, nenhuma das partes sentir-se-á prejudicada com a lei aprovada nesta Assembléia Legislativa. E para isto, inclusive companheiros, para demonstrar que não tenho a mínima pretensão de transformar este assunto num assunto de resultado eleitoral imediato, eu que faço política há oito anos em Pranchita, eu que consegui companheiros, junto ao Governo do Estado tantas obras e tantas reivindicações para Pranchita, para o interior, ginásio, escola, escola de segundo grau, escola normal, água, luz, telefone. Tenho dado, companheiros de Pranchita, o meu suor ao longo do período que represento Pranchita, Santo Antônio e o Sudoeste do Paraná:

Não tenho o mínimo desejo de transformar esta lei numa alavanca eleitoral. Quero, ao contrário que Pranchita se crie, que Pranchita se emancipe para que tenha as condições legais, as condições que a lei, a Constituição, que todos nós estamos obrigados a responder, especialmente os Srs. Deputados que são os autores das leis.

Irei sábado a Pranchita; às 15 horas estarei lá aberto e disposto para o diálogo, para o diálogo que construirá, se Deus quiser, o Município de Pranchita, com o consenso das outras partes envolvidas. Era este o esclarecimento, Sr. Presidente, que a minha consciência de homem público responsável me obrigava a fazer na presença dos companheiros de Pranchita para que não fique nenhuma dúvida a respeito do meu procedimento.

E eu quando preciso falar e quando preciso demonstrar o meu procedimento eu tenho, aqui, esta tribuna, que é sagrada para mim. Não preciso fazer comentários em quaisquer outros lugares. Acho que todos nós devemos portar-se assim. E convido o Deputado Túlio Zanchet para comigo estar, se possível, em Pranchita no sábado, para que nós possamos juntos encontrar a solução adequada.

O Sr. Túlio Zanchet — Vossa Excelência me permite um aparte antes de Vossa Excelência encerrar? (Assentimento). Eu quero dizer ao nobre Deputado que ouvi atentamen-

te as suas explicações e louvo o trabalho que realizou, e quero também dizer que a este trabalho que o ilustre Deputado pode realizar por Pranchita nós também nos somamos porque fomos seu cabo eleitoral no primeiro pleito eleitoral. Colaboramos com vossa eleição. E quero dizer também da minha disposição de comparecer no sábado junto com Pranchita, junto com os representantes de Pérola do Oeste que também convocarei e ontem falei com o clero neste sentido, e temos um entendimento só não ficou que fosse sábado, agora, sempre de que haja real possibilidade de que este município e eu também e toda a Comissão sabe disso, não viso um voto sequer. Viso sim, o dever do meu cumprimento de autor do projeto.

E digo mais, se não fosse eu outro poderia ter sido e eu estaria dando o meu apoio. Se encontrarmos um denominador comum eu sou favorável. Agora, se não há legalmente esta possibilidade, aí prefiro que o projeto continue sua tramitação e receba o veredito favorável ou contrariamente, mas saiba que a nossa disposição de luta...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Quero declarar a Vossa Excelência, à Assembléia do Paraná e à Comissão que aqui está, que o projeto nestas condições, infelizmente, não terá condições de ser transformado em lei.

O Sr. Túlio Zanchet — E se não houver possibilidade de transformação em outro sentido, continuará na mesma coisa também.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Agradeço a Vossa Excelência, Sr. Presidente, a gentileza em conceder tanto tempo para uma explicação pessoal de caráter regional. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 03 de maio, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 24/80, 167 e 168/81.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 100, 144 e 157/81.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81 e do Projeto de Resolução n.º 02/82.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 148/81 e 35/82.
Levanta-se a sessão.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA - ESTADO DO PARANÁ
 ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1982
 DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RECEITA		DESPESA	
1000.00	REC. CORRENTES	3.0.0.0.00	DESP. CORRENTES
1200.00	REC. PATRIMONIAL	3.1.0.0.00	DESP. DE CUSTEIO
1220.00	REC. VAL. MOBILIÁRIOS	3.1.2.0.00	Mat. de Consumo
1221.00	Rendimento Títulos	3.1.3.0.00	SERV. DE TERCEIROS
1400.00	TRANSF. CORRENTES		E ENCARGOS
1460.00	Contribuições	3.1.3.2.00	Outros Serviços e
1462.00	Contrib. do Estado		Encargos
1462.01	Assemb. Legislativa	3.1.9.0.00	DESPESA DIVERSAS
	Lei 6639/74, art. 6.º		DE CUSTEIO
1462.02	Contrib. do Estado	3.1.9.2.00	Despesas de Exercícios
	Lei 6639/74, art. 23		Anteriores
1500.00	RECEITAS DIVERSAS	3.2.0.0.00	TRANSF. CORRENTES
1590.00	OUTRAS REC. DIVERSAS	3.2.5.1.00	Inativos
1594.00	Rendas Eventuais	3.2.5.2.00	Pensionistas
		4.0.0.0.00	DESPESA DE CAPITAL
		4.2.0.0.00	INVERS. FINANCEIRAS
		4.2.7.0.00	Concessões Empréstimos
			90.143.000,00
	TOTAL		TOTAL
	121.800.000,00		121.800.000,00

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA - ESTADO DO PARANÁ
ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1982
RESUMO GERAL DA RECEITA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	RUBRICAS	FONTES	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00	RECEITAS CORRENTES			121.800.000,00
1200.00	RECEITA PATRIMONIAL			88.300.000,00
1220.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		88.300.000,00	
1221.00	RENDIMENTOS DE TÍTULOS	88.300.000,00		
1400.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			33.200.000,00
1460.00	CONTRIBUIÇÕES		33.200.000,00	
1462.00	Contribuições do Estado			
1462.01	Assembleia Legislativa - Lei 6639/74, art. 6.º	24.700.000,00		
1462.02	Contribuições do Estado - Lei 6639/74, art. 23	8.500.000,00		
1500.00	RECEITAS DIVERSAS			300.000,00
1590.00	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS		300.000,00	
1594.00	Rendas Eventuais	300.000,00		
	TOTAL DA RECEITA			121.000.000,00

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA - ESTADO DO PARANÁ
ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1982
DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA - CONSOLIDAÇÃO GERAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTOS	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.0.0.00	DESPESAS CORRENTES			31.657.000,00
3.1.0.0.00	DESPESAS DE CUSTEIO			3.457.000,00
3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO		260.000,00	
3.1.2.0.02	Artigos de Expediente, Desenho, Ensino, Educação	140.000,00		
3.1.2.0.18	Outros Materiais de Consumo	120.000,00		
3.1.3.0.00	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		3.182.000,00	
3.1.3.2.00	Outros Serviços e Encargos	3.182.000,00		
3.1.3.2.03	Assinaturas de Órgãos Oficiais, Jornais, Revistas	75.000,00		
3.1.3.2.13	Seguros em Geral	640.000,00		
3.1.3.2.19	Publicações e Propagandas	15.000,00		
3.1.3.2.35	Outros Serviços e Encargos	2.452.000,00		
3.1.9.0.00	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO		15.000,00	
3.1.9.2.00	Despesas de Exercícios Anteriores	15.000,00		
3.2.0.0.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			28.200.000,00
3.2.5.0.00	TRANSFERÊNCIAS À PESSOAS		28.200.000,00	
3.2.5.1.00	Inativos	26.200.000,00		
3.2.5.2.00	Pensionistas	2.000.000,00		
4.0.0.0.00	DESPESAS DE CAPITAL			90.143.000,00
4.2.0.0.00	INVERSÕES FINANCEIRAS			90.143.000,00
4.2.7.0.00	Concessão de Empréstimos		90.143.000,00	
	TOTAL			121.800.000,00